

**SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE - SNJ**

**AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS DO  
PROJOVEM URBANO**

memória da oficina realizada pela Equipe,  
com a participação de colaboradores/as

- Brasília, 31 de janeiro de 2011 -

## **APRESENTAÇÃO**

A Oficina - que construiu as contribuições aqui sistematizadas – deve ser compreendida no contexto das mudanças previstas pelo recente Decreto 7.649/2011.

A SNJ, consciente de seu novo papel em relação ao Projovem Urbano, sentiu a necessidade de refletir e debater sobre a contribuição específica que se comprometeu a dar de agora em diante, na avaliação do Programa, que ficará sob a responsabilidade do MEC.

Houve uma primeira Oficina, que se concentrou na questão da formação do Projovem Urbano e definiu premissas importantes para esta nova Oficina.

Também esta segunda Oficina não contou apenas com a Secretária e a Equipe da SNJ, mas também com colaboradores externos.

A memória, que socializaremos a seguir, procurará resgatar – além do objetivo e da linha metodológica – as principais conclusões dos debates, bem como os encaminhamentos finais, definidos consensualmente pelos participantes.

### **I. OBJETIVO**

Desenhar uma proposta inicial de “Avaliação Externa” do Projovem Urbano, considerando as premissas postas pelo Decreto 7.649/2011, as Diretrizes da Política Nacional de Juventude e as particularidades do Programa.

### **II. PASSOS DA OFICINA**

1. Breve resgate do acúmulo das discussões na Oficina anterior e na trajetória do Programa
2. Rodadas de contribuições, para construir consensos sobre os seguintes pontos:
  - Compreensão sobre significado e desafios do processo de Avaliação Externa.
  - Principais objetivos.
  - O que deve ser avaliado no Projovem.
  - Estruturação e responsabilidades.
  - Como utilizar os resultados, descobertas, e produtos da Avaliação.
  - Principais produtos esperados.
  - Aspectos operacionais.

### III. BREVE RESGATE DA OFICINA ANTERIOR E DA TRAJETÓRIA DO PROGRAMA

Foi socializada uma breve memória da Oficina anterior, realizada no dia 30 de janeiro de 2012, aprimorando consensos e fazendo a ponte com o foco temático da avaliação do Projovem.

Foi lembrado o recente Decreto 7.649/2011, que aponta o novo papel da SNJ em relação ao Projovem, inclusive em relação à avaliação do mesmo:

*§ 6º Cabe à Secretaria-Geral da Presidência da República:*

- 1. Participar do processo de formação inicial e continuada de gestores, formadores e educadores, sendo responsável pelo conteúdo específico relativo aos temas da juventude;*
- 2. Articular mecanismos de acompanhamento e controle social da execução do Projovem Urbano, observado o disposto nos arts. 56 a 59;*
- 3. Realizar a avaliação externa do Projovem Urbano; e**
- 4. Verificar a adequação da implementação do Projovem Urbano com as diretrizes da política nacional da juventude." (NR)*

Foi ressaltado que o ponto 4 do Decreto assume uma dimensão transversal em relação aos anteriores e que a Oficina deverá considerar esse aspecto.

Foi resgatado, enfim, o que foi acumulado pelo Programa na área de avaliação. Isso favoreceu o discernimento sobre o que deverá ficar sob a responsabilidade do MEC e o que caberá ser assumido pela SNJ.

### IV. COMPREENSÃO, OBJETIVOS, RESULTADOS ESPERADOS E ESTRATÉGIAS DA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS DO PROJOVEM URBANO

Várias rodadas de contribuições dos participantes levaram a construir progressivos e amplos consensos sobre os pontos previstos na pauta da Oficina.

Uma premissa assumida inicialmente foi aquela de se compreender a "Avaliação Externa" – assim denominada pelo Decreto – enquanto Avaliação dos Impactos Sociais do Projovem, de modo a deixar mais claro o que de fato caberá à SNJ.

Após a premissa, os debates buscaram detalhar os demais pontos: os objetivos da avaliação; o que deverá ser avaliado; a estruturação e a distribuição de responsabilidades do processo avaliativo; como utilizar os resultados, descobertas e produtos da Avaliação; os principais produtos esperados.

No final foram explicitados e consensuados alguns aspectos operacionais que favorecerão imediatos desdobramentos e encaminhamentos após essa oficina.

Sintetizaremos, a seguir, os consensos construídos acerca de cada um dos pontos debatidos.

**1. A “Avaliação Externa” do Projovem Urbano - prevista no Decreto 7.649 / 2011 - é compreendida pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) como Avaliação dos Impactos Sociais do Programa:**

- A SNJ se concentrará na avaliação das repercussões do Projovem Urbano, verificando os impactos na trajetória de vida dos jovens, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Juventude.
- Não se trata de fazer avaliação do desempenho pedagógico - proficiência e aprendizagem - que ficará a cargo do MEC.

**2. Principais objetivos da Avaliação dos Impactos Sociais:**

- Avaliar como o Projovem está cumprindo as diretrizes da política nacional de juventude.
- Contribuir na elaboração de novos indicadores de meta, escala e eficácia, adequados para as PPJs.
- Checar a adequação do programa ao perfil e demanda dos jovens, em consonância com as diretrizes da política nacional de juventude e da política de educação.
- Contribuir para aprimorar o Projovem Urbano.
- Contribuir no processo de avaliação e reformulação do demais programas que compõe o Projovem Integrado.
- Contribuir na formulação de novos programas

- Contribuir para a ampliação da participação e controle social sobre os programas voltados para a juventude brasileira.
- Subsidiar processos de integração entre o Projovem Urbano e outros programas governamentais (“portas de saída”).
- Subsidiar os processos de formação.
- Desenvolver banco de dados e instrumentos metodológicos para o Observatório da juventude.

### **3. O que deverá ser avaliado no Projovem:**

- Perfil dos jovens.
- Alunos: evadidos e egressos.
- Condições de permanência e progressão no programa (razões da desistência e trajetória pós-programa).
- Relação entre escola, trabalho, família, saúde e moradia: identificação das diferentes trajetórias juvenis.
- Impactos sociais na vida de jovens: o quanto contribui em sua trajetória de inclusão, participação e emancipação. Demandas e percepções.
- Dinâmicas entre educandos e educadores e demais relações intergeracionais.

### **4. Estruturação e responsabilidades da Avaliação dos Impactos Sociais:**

- A responsabilidade da execução da avaliação dos impactos é da SNJ.
- A SNJ formará e coordenará uma Comissão Técnica de Avaliação dos Impactos Sociais – COTAVIS - constituída por representantes do: SECADI/MEC, CONJUVE e fórum de gestores estadual e municipal de juventude.
- A COTAVIS será responsável pela definição das demandas, dos produtos e validação dos resultados.
- A avaliação se dará através de sistematização e análise de dados produzidos pelo Projovem / MEC, e também, pela produção e sistematização de novos dados.

- A avaliação deverá dialogar também com outras avaliações produzidas pela academia, redes juvenis, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.
- A SNJ lançará mão – por meio de editais públicos – de colaborações de profissionais e instituições da área de pesquisa, considerando a diversidade territorial, competências e a necessidade da interdisciplinariedade.

#### **5. Como utilizar os resultados, descobertas e produtos da avaliação dos impactos sociais:**

- Incidindo no processo de execução do Programa.
- Contribuindo para a correção de rumos do Programa e de suas relações com os demais programas.
- Interrelacionando pesquisa com o processo de formação de gestores, formadores, educadores e lideranças territoriais de EJA.
- Implementando e disponibilizando um banco de dados, articulado com o Observatório da Juventude, podendo ser utilizado pelos diversos atores envolvidos.

#### **6. Principais produtos esperados:**

- Relatórios.
- Publicações.
- Material áudio-visual.
- Banco de dados.
- Seminários.

#### **7. Aspectos operacionais:**

- Definir instrumentos de pesquisa e respectivas responsabilidades com a SECADI / MEC.
- Definir o desenho administrativo e a previsão orçamentária.

- Desenhar o cronograma de atividades.

## **V. AVALIAÇÃO DA OFICINA**

A Oficina foi considerada positiva, pelo objetivo alcançado, pela participação e pela qualidade do produto construído.